

# Os Planos de Estabilização e o Financiamento da Agricultura

Carlos Nayro Coelho(1)

Com a impossibilidade do Tesouro Nacional continuar sendo uma fonte importante de recursos para o crédito rural, as diretrizes da política econômica passaram a influir decisivamente na disponibilidade de financiamentos. Isto porque o comportamento dos agregados monetários (que fornecem a

massa de recursos para a agricultura) mantém estreita relação com o nível de inflação, o qual é fator fundamental na formação de expectativas e nas decisões de investimento dos agentes econômicos.

Assim, os planos de estabilização (em novo estilo), aplicados de forma bastante freqüente desde

1986, com o Plano Cruzado, afetaram, dentro de espaços de tempo bastante variados, as fontes de recursos para o crédito agrícola.

Em fevereiro de 1986, quando foi decretado o Plano Cruzado, a taxa de inflação superava os 16% (IGP-DI) ao mês. Nos meses seguintes, com a relativa estabilidade adquirida, houve mudanças nos agregados monetários, comparados com o ano anterior, principalmente em função do crescimento de  $M_1$  e dos depósitos à vista.

A Base Monetária e o  $M_1$  apresentaram uma variação de 293,4% e 306,7%, respectivamente, enquanto a inflação anual atingiu apenas 65,0% (Quadro I).

Com o fracasso do Plano Cruzado e a inflação já atingindo a taxa mensal de 26%, em junho de 1987, foi decretado o Plano Bresser. Este plano, que reconhecia o ônus da dívida pública como causa primária da inflação, teria duração de apenas três meses, pois já em agosto as taxas voltaram a subir e em setembro do ano seguinte voltaram a atingir mais de 26%.

No ano do Plano Cruzado, com a relativa estabilidade obtida, as aplicações em Crédito Rural provenientes das exigibilidades dobraram em relação a 1985 (Quadro II).

Como pode ser observado, em 1985, quando foram aplicados US\$ 8,2 bilhões em crédito agrícola, 92,1% eram provenientes do Tesouro, 7,2% das exigibilidades e 0,7% de recursos livres. Com o aumento dos depósitos à vista durante o Plano, em 1986, de uma aplicação total de US\$ 13,8 bilhões a participação do Tesouro caiu para 58,0%, a das exigibilidades subiu para 15,9% e a dos recursos livres aumentou para 26,1%.

Durante o exercício de 1987, as aplicações em crédito rural totalizaram US\$ 9,9 bilhões, sendo que

QUADRO I  
BASE MONETÁRIA E  $M_1$  = VARIAÇÃO PERCENTUAL

Ano	Posição Dez (%)		
	Base Monetária	$M_1$	Inflação
1985	257,3	304,3	235,1
1986	293,4	306,7	65,0
1987	181,5	127,5	415,8
1988	623,1	570,3	1.037,6
1989	1.754,2	1.384,2	1.782,9
1990	2.304,2	2.335,7	1.476,6
1991	291,2	330,7	480,2
1992	991,1	912,8	1.158,0
1993	1.421,0	2.389,1	2.708,6

Fonte: Banco Central.

QUADRO II  
FONTES DE FINANCIAMENTOS DO CRÉDITO RURAL (1)

	Saldo em 31.12 (%)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Tesouro	92,1	58,0	65,0	40,5	29,7
Exigibilidade	7,2	15,9	14,3	7,7	9,1
Caderneta Rural	-	-	18,0	48,6	54,4
Recursos Livres	0,7	26,1	3,7	3,2	6,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Aplicações do Banco do Brasil.

(1) Pesquisador da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

a participação do Tesouro voltou a crescer, atingindo mais de 65%. A das exigibilidades, apesar de permanecer praticamente no mesmo nível (18,9%), caiu significativamente em termos absolutos. Enquanto a inflação anual atingiu 415,8% o M<sub>1</sub> cresceu apenas 127,5%. A redução nas aplicações provenientes dos recursos livres, que caíram de 26,1% para 3,7%, foi compensada pela entrada em operação da Caderneta Rural, a qual tornou-se até 1989 a principal fonte de aplicação.

Após o fracasso do Plano Bresser, tentou-se em janeiro de 1989 o Plano Verão, quando a taxa

mensal chegou a 36,6%. A sucessão presidencial e as expectativas criadas com o fracasso dos planos anteriores, todavia, invalidaram as tratativas de reduzir as taxas de inflação através das medidas prometidas, que incluíam grandes ajustes nas contas públicas.

Desta forma, depois de uma trégua de três meses, as taxas voltaram a subir, superando após cinco meses de elevações sucessivas as taxas de janeiro. Em março de 1990 chegaram a 81,3%.

Em virtude do fracasso, tanto do Plano Bresser quanto do Plano Verão, a participação das exigibili-

dades perdeu importância entre 1987 e 1989. Em 1988, por exemplo, participou com apenas 9,9% dos recursos e em 1989, com 11,8%. No primeiro ano, enquanto a inflação atingiu 1.037,6% ao ano, o M<sub>1</sub> cresceu 570,3%, e no segundo, enquanto a inflação atingiu 1.782,9%, o M<sub>1</sub> cresceu 1.384,2%.

É importante notar a queda expressiva nos recursos provenientes do Tesouro (37,4% em 1988 e 29,7% em 1989) e o aumento significativo dos recursos remunerados da poupança rural, que nestes dois anos tornou-se a principal fonte de crédito.

Em março de 1990, foi decretado o Plano Collor I, com um ambicioso programa de combate à inflação e de reformas estruturais da economia, que incluiu o confisco temporário de todos os ativos financeiros.

Após recuar para 9% entre maio e junho, o índice inflacionário voltou a subir em julho, atingindo mais de 20% em janeiro de 1991. Em fevereiro foi decretado o Plano Collor II, que dava ênfase a medidas não ortodoxas, como o congelamento dos preços. Novamente, após trégua de quatro meses, a escalada de taxas mensais gerou um índice de 22,1% em dezembro.

Com os agentes econômicos cansados de "choques" econômicos, o governo decidiu voltar à ortodoxia pura, e através da manutenção de altas taxas de juros conseguiu evitar a hiperinflação.

Embora a inflação anualizada de 1990 tenha atingido 1.476,6% (em virtude das altas taxas de janeiro e fevereiro e elevação gradativa a partir de setembro), o M<sub>1</sub> cresceu 2.335,7%, chegando a 3,3% do PIB (Quadro III).

No tocante ao Crédito Rural, em função da queda da taxa de inflação nos primeiros meses de 1990, as aplicações obrigatórias voltaram a ganhar importância (Quadro IV).

QUADRO III  
PARTICIPAÇÃO DOS HAVERES FINANCEIROS NO PIB (%)

Ano	M <sub>1</sub>	M <sub>2</sub>	M <sub>3</sub>	M <sub>4</sub>
1986	7,7	16,9	24,8	31,0
1987	4,2	13,6	22,4	27,0
1988	2,4	13,1	22,2	25,6
1989	2,0	14,5	22,2	24,8
1990	3,3	8,6	12,2	15,6
1991	2,8	7,9	11,4	15,5
1992	1,9	13,1	17,7	25,6

Fonte: Banco Central.

QUADRO IV  
RECURSOS DO CRÉDITO RURAL POR FONTE  
Desembolsos

Fonte	1990	1991	1992	1993
Exigibilidade	53,22	22,52	12,29	8,03
Poupança	10,11	25,97	45,70	27,52
Livres	21,90	16,21	7,20	9,80
DER	-	5,89	17,25	18,00
F. Commodities	-	-	-	19,89
Tesouro	10,95	19,20	11,02	7,76
Outros (1)	3,82	10,21	6,54	9,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Central.

(1) Inclui: Finame Rural e Fundos Constitucionais.

Como se observa, em 1990, quando foram aplicados apenas US\$ 7,5 bilhões, as exigibilidades contribuíram com 53,22%, enquanto a poupança rural entrou com apenas 10,11% (comparado com 54,4% de 1989).

Depois de 1990, mais uma vez por conta do fracasso do plano, as exigibilidades caíram vertiginosamente para 22,52% em 1991, 12,29% em 1992 e 8,03% em 1993.

Ao mesmo tempo, a poupança rural readquiriu importância, tornando-se a maior fonte em 1991 (25,97%) quando foram aplicados

US\$ 8,9 bilhões, em 1992 (45,70%) com US\$ 8,2 bilhões e em 1993 (27,52%) com o financiamento total de US\$ 10,3 bilhões.

A participação dos Depósitos Especiais Remunerados (DER) reduziu a contribuição relativa da Poupança em 1992 e 1993. Igualmente, o Fundo de Commodities criado a partir de 1993, já naquele ano, tornou-se fonte importante de recursos, contribuindo com 19,89%.

Com a implantação da nova moeda lastreada em dólar a partir

de 1º de julho, é provável que no curto prazo não ocorram mudanças substanciais nas fontes de financiamento, a não ser um aumento na participação das exigibilidades, já que em economias estáveis cresce a participação dos depósitos à vista no PIB (em alguns casos ultrapassa 4%).

Com relação às outras fontes, a política de juros elevados que deverá acompanhar a implantação do Real, sem dúvida, contribuirá para a sua manutenção nos níveis atuais ou para uma possível expansão.

---

## Os Complexos Agroindustriais da Carne e o Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina

---

Dirceu D. J. Talamini(1)  
Daniel I. Kinpara(2)

### 1. INTRODUÇÃO

A base do desenvolvimento agrícola do Oeste de Santa Catarina tem sido a produção, abate e processamento de suínos e aves, resultado da integração entre agroindústrias (privadas e cooperativas) e pequenos produtores rurais, geralmente com áreas menores que 30 hectares. De acordo com o Censo

Agropecuário de 1985, a maioria das propriedades do Oeste catarinense possuem áreas entre 10 e 20 hectares (32,8%), sendo que 95,2% dos estabelecimentos possuem área menor que 50 hectares.

Essa região tem se especializado na produção agropecuária, aumentando continuamente sua participação no valor gerado no estado. Esse crescimento tem sido mais

intenso na produção animal, o que levou a região a deter, em 1993, uma produção de 225.000 toneladas de carne de suínos e 614.000 toneladas de carne de frango, correspondendo a 85% e 93%, respectivamente, da produção total do estado para cada tipo de carne. Na região existem 11 unidades industriais de suínos e 10 de aves, empregando diretamente cerca de 25.000 funcionários.

Recentemente, um esforço tem sido realizado visando introduzir novas atividades agrícolas na região, como alternativas de emprego e renda à população rural e urbana, destacando-se o cultivo de frutíferas para a produção de sucos, a bovinocultura de leite e a piscicultura. Todas com o propósito final de sofrer algum processamento ao nível de agroindústria. A bovinocultura de corte, apesar de importante e antiga, não apresenta padrão de integração e nem os ní-

(1) Pesquisador da EMBRAPA-Centro Nacional de Suínos e Aves, Concórdia-SC.  
(2) Bolsista CNPq.

9700  
E21

BR0702277